


A watercolor illustration in shades of green and teal. In the upper left, a parrot is perched on a branch. The background is filled with various tropical plants, including palm fronds and broad-leafed foliage, rendered in a soft, painterly style.

Plano de Promoção Socioeconômica

**Para as Áreas Protegidas do
Alto Rio Negro**



**Conexusus e
IPÊ - Instituto de Pesquisas Ecológicas
apresentam**

**Planos de Promoção
Socioeconômica**
para as Áreas Protegidas
do Alto Rio Negro - Volume 1

Instituto Conexões Sustentáveis

Pedro Frizo
André Ramos
Monika Roper
Carina Pimenta

IPÊ – Instituto de Pesquisas Ecológicas

Fabiana Prado
Neluce Soares

**Nazaré Paulista / SP
2021**

Autores
Conexsus - Instituto Conexões Sustentáveis

Pedro Frizo
André Ramos
Monika Roper
Carina Pimenta

IPÊ – Instituto de Pesquisas Ecológicas

Fabiana Prado
Neluce Soares

Colaboradora

Nailza Porto

Coordenação Editorial

Carla Gullo e Rita Gullo

Projeto Gráfico e Diagramação

Circular Comunicação

Revisão Ortográfica

Nicole Guim de Oliveira

Ilustração

Shirley Felts

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Planos de promoção socioeconômica [livro eletrônico] : para as áreas protegidas do alto Rio Negro / Pedro Frizo ... [et al.]. -- 1. ed. -- Nazaré Paulsita, SP : IPÊ - Instituto de Pesquisas Ecológicas, 2021. --

(Planos de promoção socioeconômica ; 1)

Outros autores : André Ramos, Monika Roper, Carina Pimenta, Fabiana Prado, Neluce Soares.

ISBN 978-65-990361-4-9

1. Amazônia - Aspectos ambientais 2. Bioeconomia

3. Conservação da natureza - Amazônia 4. Economia 5. Sustentabilidade ambiental I. Ramos, André. II. Roper, Monika. III. Pimenta, Carina. IV. Prado, Fabiana. V. Soares, Neluce.

21-72041

CDD-304.2

Índices para catálogo sistemático:

1. Sustentabilidade ambiental : Ecologia 304.2 Aline Grazielle Benitez -

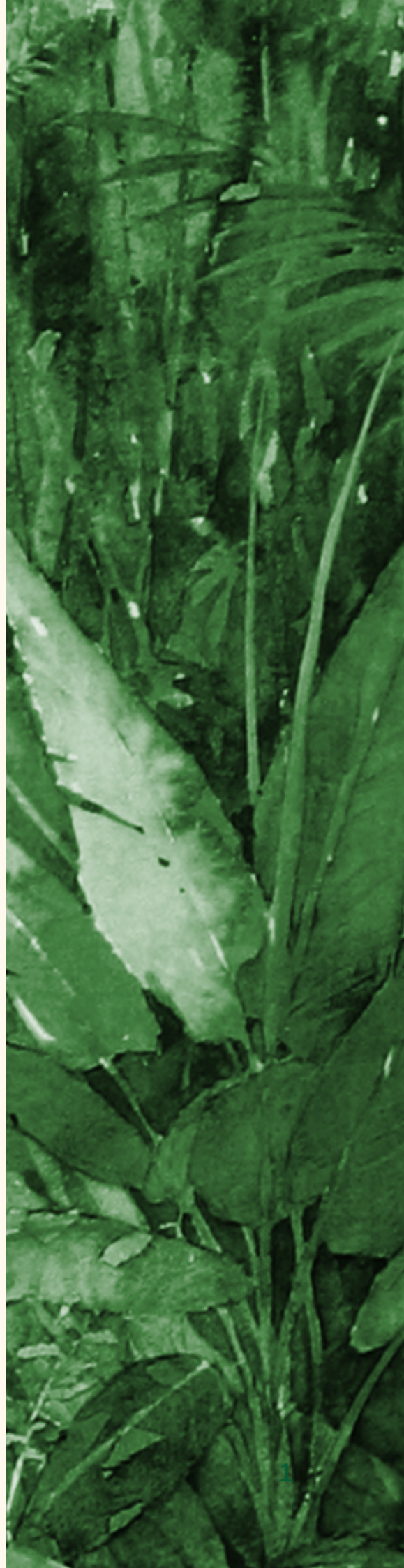
Biblioteca - CRB-1/3129


Esta publicação é fruto da parceria constituída entre o IPÊ - Instituto de Pesquisas Ecológica e Conexsus - Instituto Conexões Sustentáveis, no âmbito do Projeto LIRA – Legado Integrado da Região Amazônica com o apoio financeiro do Fundo Amazônia/BNDES e da Fundação Gordon e Betty Moore.

Índice

04 ■	Apresentação
07 ■	Contextualização
09 ■	A metodologia da construção dos planos e o Desafio Conexsus
12 ■	Diretrizes e ações estruturantes
18 ■	Bloco Alto Rio Negro
27 ■	Recomendações específicas para o bloco
32 ■	Lista de siglas

Apresentação





Este documento é fruto da parceria entre o IPÊ - Instituto de Pesquisas Ecológicas e o Conexsus - Instituto Conexões Sustentáveis, para elaboração do Plano de Promoção Socioeconômica que consiste em identificar as principais variáveis-chave de análise do potencial de desenvolvimento socioeconômico e indicar diretrizes e ações estratégicas para a consolidação e crescimento de Negócios Comunitários Sustentáveis (NCS) das áreas protegidas abrangidas pelo Projeto LIRA - Legado Integrado da Região Amazônica.

Entende-se que NCS representam a convergência dos objetivos de conservação ecológica e de desenvolvimento socioeconômico nas áreas protegidas para gerar renda e qualidade de vida para as populações que residem dentro e no entorno desses territórios.

Este plano será utilizado para orientar e potencializar as ações do projeto LIRA, por meio:

1.

do apoio financeiro a atividades produtivas de uso sustentável da floresta junto às comunidades indígenas e extrativistas - criando alternativas que gerem renda, ampliem a segurança alimentar, contribuam para a redução da pobreza e do desmatamento.

2.

do protagonismo das organizações locais de base comunitária, ampliando arranjos de governança locais dos grupos sociais em vulnerabilidade social na proteção de seus territórios - formando e desenvolvendo capacidades individuais e organizacionais com intercâmbio de saberes.

3.

do engajamento dos diversos atores e elos das cadeias produtivas apoiadas, visando assegurar a viabilidade econômica para as alternativas produtivas fomentadas.

4.

da efetivação de instrumentos de gestão de áreas protegidas com participação social de forma inclusiva e integrativa.

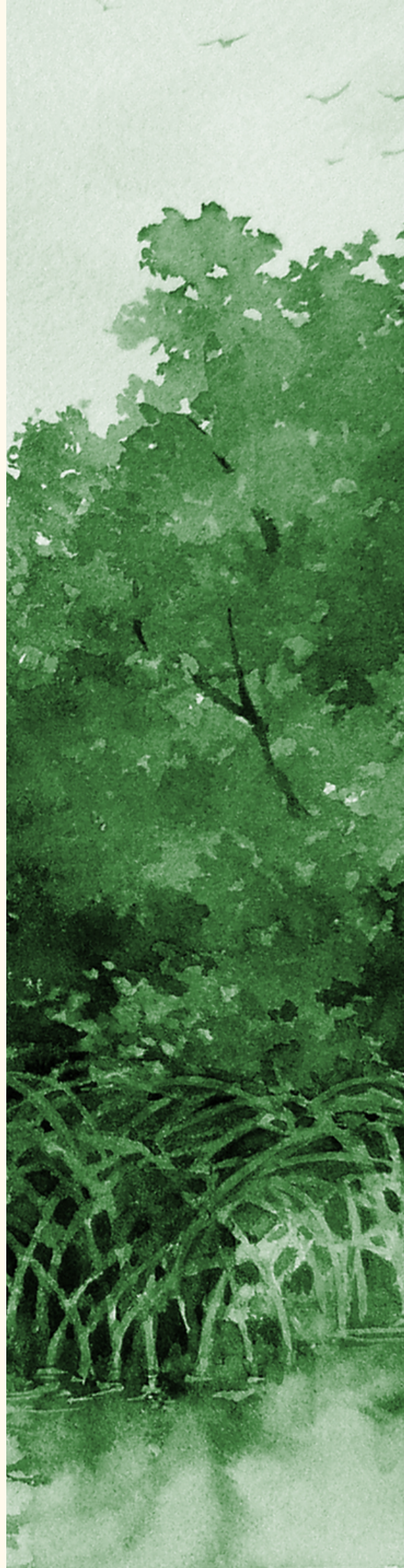
Contribuição para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)



O Plano de Promoção Socioeconômica também contribui para agenda mundial pautada nos dezessete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) para os próximos dez anos. As diretrizes e ações estratégicas nele contidas atendem metas vinculadas aos respectivos objetivos:

1. Erradicação da pobreza; 2. Fome zero e agricultura sustentável; 5. Igualdade de Gênero; 9. Indústria, Inovação e Infraestrutura; 10. Redução das desigualdades; 11. Cidades e comunidades sustentáveis; 13. Ação contra a mudança global do clima; 15. Vida Terrestre; 17. Parcerias e meios de implementação.

Contextualização



LIRA - Legado Integrado da Região Amazônica

A criação e a manutenção de áreas protegidas (unidades de conservação e terras indígenas) da Amazônia contribuem para a redução do desmatamento e para manter o equilíbrio climático, entre outros benefícios. No entanto, essas áreas vêm enfrentando dificuldades relacionadas à sua estruturação, gestão e implementação de ações de regularização fundiária e de fomento às atividades produtivas sustentáveis. Essa situação agrava conflitos sociais e leva à degradação florestal, deixando vulnerável a floresta, a biodiversidade e os povos tradicionais que ali habitam.

Nesse contexto, nasceu o LIRA - Legado Integrado da Região Amazônica. Trata-se de um projeto concebido para aumentar a efetividade da gestão dessas áreas até 2023. Sua missão é facilitar a articulação dos múltiplos atores da região, promovendo a gestão integrada com as organizações da sociedade civil, associações indígenas, comunidades locais, setor econômico e governos.

O território do projeto é de aproximadamente 80 milhões de hectares, que abrangem 86 áreas protegidas, sendo 43 Terras Indígenas e 43 Unidades de Conservação, agrupadas em seis blocos territoriais: Alto Rio Negro, Baixo Rio Negro, Norte do Pará, Xingu, Madeira-Purus e Rondônia-Acre.

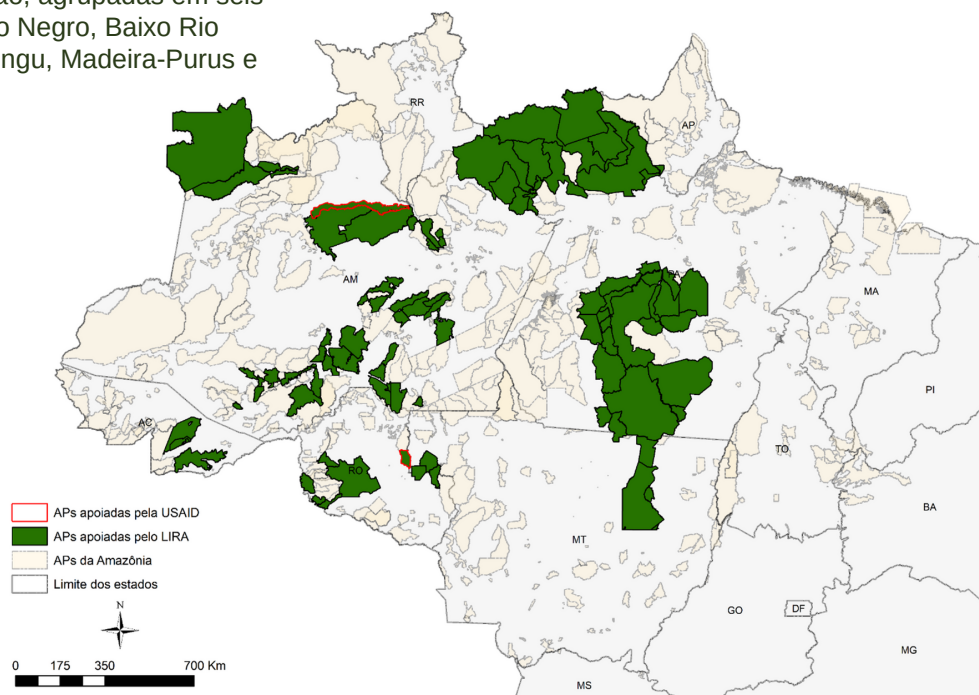
Conexsus

O Instituto Conexões Sustentáveis - Conexsus é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público que atua para ativar o ecossistema de negócios comunitários de impacto socioambiental, ampliando sua contribuição para a geração de renda no campo e para a conservação de florestas e biomas. Seu objetivo é fortalecer as iniciativas que mantêm a resiliência territorial e climática a partir do desenvolvimento de negócios sustentáveis no Brasil, com foco na agenda climática global e nos ODS da ONU.

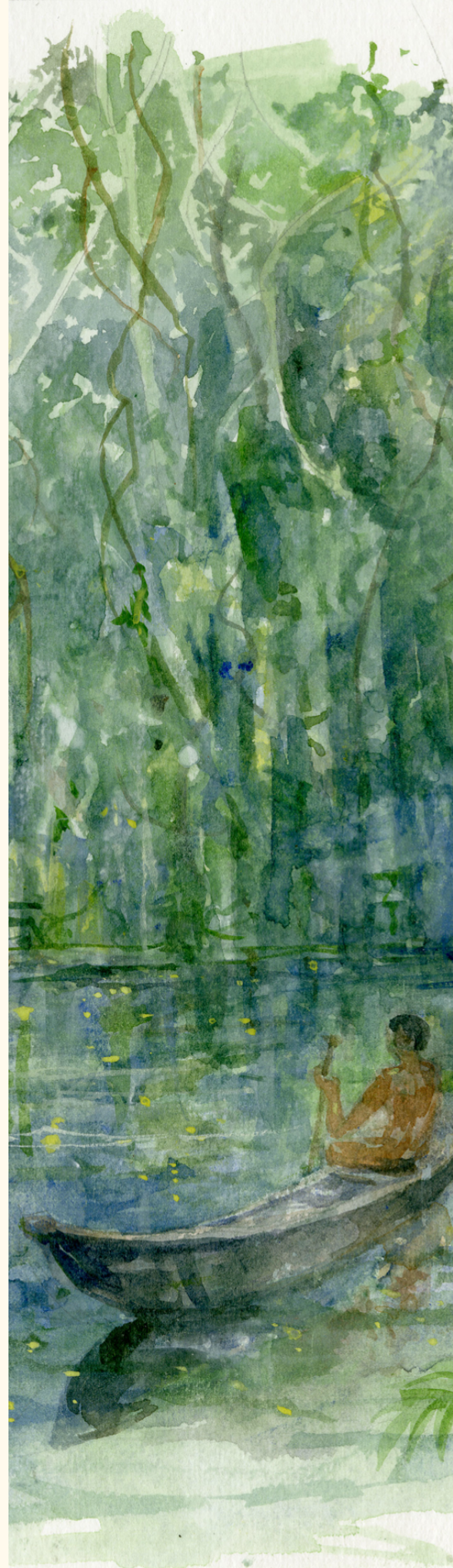
LIRA + Desafio Conexsus

A parceria do LIRA com o Instituto Conexões Sustentáveis (Conexsus) foi criada para identificar as principais oportunidades e obstáculos para inserção econômica das populações locais na economia regional. O objetivo é assegurar a ampliação das atividades produtivas sustentáveis, em especial o fortalecimento das organizações socioprodutivas (cooperativas e associações de produtores) das áreas protegidas.

Os Planos de Promoção Socioeconômicos (PPSE) são produto dessa parceria e foram elaborados para os seis blocos territoriais do LIRA.



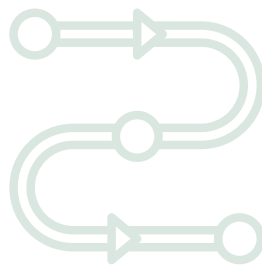
**A metodologia
de construção
dos planos e o
Desafio
Conexsus**



A construção dos Planos de Promoção Socioeconômica esteve relacionada ao desenvolvimento do programa Desafio Conexsus, que permitiu identificar as principais variáveis do potencial de desenvolvimento socioeconômico das áreas protegidas abrangidas pelo LIRA. O programa buscou testar e validar um conjunto de soluções pré-concebidas para ativação do ecossistema de negócios comunitários de impacto, por meio de iniciativas de aceleração, modelagem, acesso a mercados e a recursos financeiros.

Objetivo Central

Elaborar propostas de ações estratégicas para a consolidação e crescimento de negócios comunitários sustentáveis em áreas protegidas na Amazônia



gerar renda e qualidade de vida para as populações que residem dentro e no entorno desses territórios

Etapas do Desafio Conexsus

Mapeamento

+ de 1000
cooperativas e associações de base comunitária em todos os biomas brasileiros mapeadas

Oficinas regionais

200
organizações participaram de oficinas regionais, em 2018

Ciclo de desenvolvimento

70
organizações foram selecionadas para participarem do Ciclo de Desenvolvimento

Laboratório de modelagem

35
participaram do Laboratório de Modelagem
9 inseridas nas APs contempladas pelo LIRA
+17 organizações inseridas nas UCs ou TIs do LIRA.

A presença nos territórios prioritários do LIRA foi uma das premissas no processo de seleção de organizações participantes do Laboratório de Modelagem. Ao todo, entre organizações mapeadas, entrevistadas e participantes das oficinas regionais preparatórias do Desafio Conexsus, em 2018, e das oficinas do Laboratório de Modelagem, em 2019, foram coletados dados e informações de 52 cooperativas e associações inseridas nas áreas protegidas do LIRA, permitindo a consolidação de uma amostra significativa para a elaboração do Plano de Promoção Socioeconômica.

52 organizações

9 participaram do Laboratório de Modelagem



Para estes negócios foi aplicada a metodologia “Trilhas do Desenvolvimento” que permite um diagnóstico completo de mais de 70 indicadores em maturidade organizacional, potencial de negócio e contribuição socioambiental.

17 participaram das oficinas regionais preparatórias do Desafio Conexsus em 2018



Foi feito um levantamento de dados gerais sobre gestão, comercialização e contribuição socioambiental, com um nível de detalhamento mais profundo do que os dados secundários dispostos no cadastro junto à plataforma do Desafio.

26 foram cadastradas na plataforma de dados do Desafio Conexsus



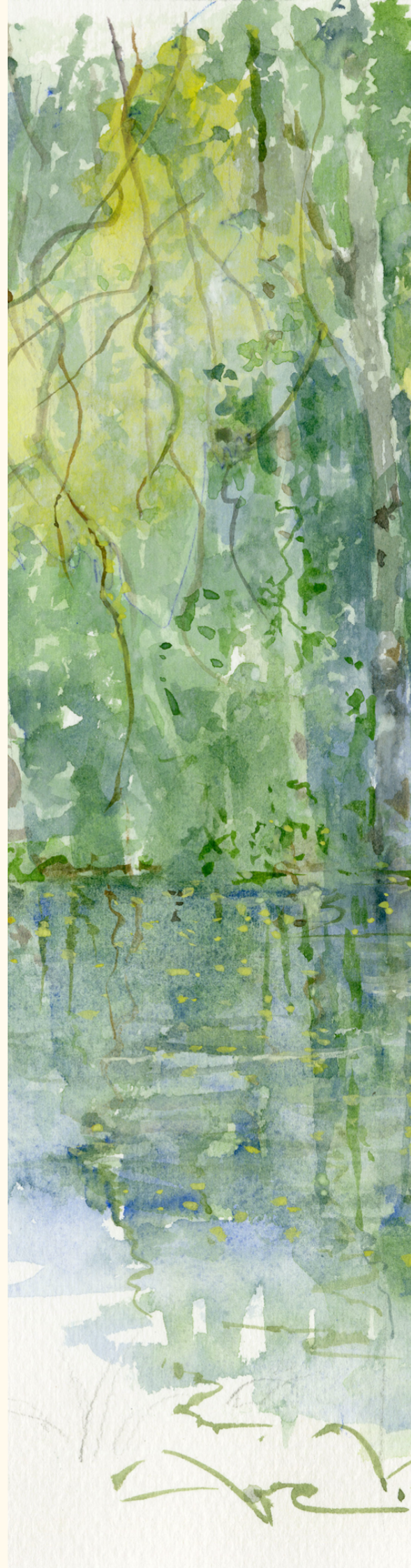
Foram levantadas informações autodeclaradas sobre as organizações a respeito de itens como faturamento, grupo social, origem da matéria-prima, modos de produção, participação feminina e jovem entre outras informações exploratórias.

Além do método diretamente associado às cooperativas e associações, as visitas de campo contaram com entrevistas a atores chave de cada ecossistema, tais como representantes do Estado (secretarias, órgãos de assistência técnica, entre outros), lideranças comunitárias, técnicos de instituições de apoio e pesquisadores.

Tudo isso permitiu uma leitura mais abrangente sobre o ambiente regulatório e sobre o funcionamento das cadeias de valor.

Cada bloco apresenta, ao final, uma análise FOFA - Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças para a promoção socioeconômica.

Diretrizes e ações estruturantes



A experiência do Desafio Conexsus permitiu identificar variáveis chaves para a promoção socioeconômica em unidades de conservação e terras indígenas, a partir das oficinas, leitura dos dados relacionados à maturidade organizacional das cooperativas e associações mapeadas, das análises sobre o posicionamento destes negócios em suas respectivas cadeias de valor e o ambiente regulatório ao qual estão submetidas.

Cada bloco de área protegida apresenta a sua especificidade histórica, ecossistêmica e institucional, mas foi possível traçar um conjunto de recomendações que se aplicam a todos os blocos por existirem desafios em comum entre diferentes regiões, resultantes de um processo comum e geral de formação histórica e institucional sobre a governança e gestão das áreas protegidas, sobre programas e políticas públicas de fomento à produção agrícola e extrativista, à promoção da educação pública e gratuita e à subvenção econômica de cooperativas e associações.

A seguir, será apresentado um conjunto de ações estruturantes para o fomento e sustentabilidade econômico-financeira de negócios comunitários de impacto nas áreas protegidas, contendo as recomendações traçadas e os atores sociais aos quais a recomendação é direcionada. Neste caso, é importante observar que diferentes atores sociais possuem papéis-chave na ativação do ecossistema de negócios comunitários em áreas protegidas, demonstrando que o processo de ativação não depende, exclusivamente, de um fomento direcionado unicamente a cooperativas e associações.

Tema: Conselhos de desenvolvimento

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) somente será totalmente eficaz a partir de uma harmonização maior entre o conjunto de alimentos pedidos nas chamadas públicas e o conjunto de produtos alimentícios ofertados pelas organizações comunitárias, em especial aquelas localizadas nas áreas protegidas. Neste sentido, é fundamental que organizações comunitárias e instituições de apoio mobilizem suas redes de associados e apoiadores para pensar em estratégias de advocacia junto aos governos municipais para que os Conselhos de Alimentação Escolar (CAEs) tenham estrutura e recursos para funcionar como espaço de discussão e deliberação entre lideranças, gestores, professores, pais, nutricionistas e profissionais da rede pública de ensino em torno de chamadas mais inclusivas à realidade produtiva das organizações comunitárias locais.

Papel dos atores envolvidos

Organizações comunitárias: Público-alvo

Instituições de Apoio: Facilitador

Municípios: Implementador de política pública

Qualquer estratégia local de desenvolvimento rural deve ser construída de maneira participativa e representativa, incluindo lideranças e atores estratégicos de organizações de base comunitária na elaboração dos Planos Municipais de Desenvolvimento Rural. Para tanto, é essencial que organizações comunitárias e instituições de apoio mobilizem suas redes de associados e apoiadores para pensar em estratégias de advocacia junto aos governos municipais para que os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDRs) tenham estrutura e recursos para funcionar enquanto espaços de reivindicação popular de ações e projetos específicos ao setor extrativista e da agricultura familiar.

Papel dos atores envolvidos

Organizações comunitárias: Público-alvo

Instituições de Apoio: Facilitador

Município: Implementador de política pública

Tema:

Negócios comunitários (modelagem, planejamento e capacitação)

É necessário que instituições de apoio desenvolvam um conjunto de ações contínuas de aprimoramento dos modelos de negócio das organizações de base comunitária, a fim de tornar os processos internos de tomada de decisão mais eficientes, consolidar processos de gestão produtiva adequados ao conjunto de normas técnicas e critérios de escolha do mercado vislumbrado – seja ele público ou privado –, mensuração e cálculo dos custos fixos e variáveis e mapeamento e definição de equipe e recursos-chave para operar. Isso pode ser feito por meio de programas de modelagem que misturem processos de capacitação presencial e à distância com acompanhamento periódico de consultores, apoiados por material didático e por ferramentas tecnológicas desenvolvidas por consultoria especializada, para uso dos associados e cooperados.

Papel dos atores envolvidos

Organizações comunitárias: Público-alvo

Instituições de Apoio: Facilitador

Estado: Implementador de políticas públicas

Governo Federal: Implementador de política pública

Para o desenvolvimento de negócios comunitários é de fundamental importância a elaboração de um plano estratégico ou de negócios, construído de forma participativa e dinâmica, regularmente revisado e atualizado, com objetivos, estratégias, ações, metas e definição dos mecanismos de acesso à crédito, incluindo administração dos recursos e devolução dos valores até as datas pactuadas. Isso facilita o diálogo com os agentes financeiros e dá mais segurança aos associados do negócio comunitário em suas estratégias produtivas, comerciais e de acesso ao crédito rural.

Papel dos atores envolvidos

Organizações comunitárias: Público-alvo

Instituições de Apoio: Facilitador

Mediante a compartilhada dificuldade de acesso à informação sobre normas fitossanitárias, é importante que sejam fomentadas ações de capacitação em boas práticas de coleta, extração, produção e beneficiamento dos produtos da sociobiodiversidade, em especial através de cursos, manuais e tecnologias digitais, os quais podem ser importantes instrumentos de apoio para aprimorar o volume e modos de comercialização. Essas ações podem ser fomentadas por múltiplos atores, desde as organizações comunitárias até as próprias empresas que compram os produtos dessas organizações.

Papel dos atores envolvidos

Organizações comunitárias: Público-alvo

Instituições de Apoio: Facilitador

Empresas compradoras: Desenvolvedor de cadeias

Estado: Implementador de políticas públicas

Governo Federal: Implementador de política pública

Tema: **Arranjos comerciais**

Tendo em vista que, em muitos casos, há uma presença de grande número de intermediários nas cadeias de valor da sociobiodiversidade, é essencial que sejam discutidos e implementados mecanismos para aproximar as organizações comunitárias de seus compradores/consumidores finais, a fim de aumentar o valor agregado territorialmente. Neste sentido, é essencial fomentar redes de ativação de comércio justo e a criação de novos arranjos comerciais.

Papel dos atores envolvidos

Organizações comunitárias: Público-alvo

Instituições de Apoio: Facilitador

Empresas compradoras: Desenvolvedor de cadeias

Estado: Implementador de políticas públicas

A fim de aumentar a participação dos produtos de organizações de base comunitárias nas economias regionais é preciso que haja a criação de alianças comerciais entre diferentes organizações comunitárias, inclusive com organizações de fora das áreas protegidas, de uma mesma região. O objetivo dessas alianças é possibilitar que, juntas, elas tenham produtos em quantidade e qualidade e consigam estabelecer processos logísticos de armazenagem e entrega eficientes que as qualifique para atender a demanda gerada pelas chamadas públicas e pelos diferentes mercados privados.

Papel dos atores envolvidos

Organizações comunitárias: Público-alvo

Instituições de Apoio: Facilitador

Empresas compradoras: Desenvolvedor de cadeias

Municípios: Implementador de política pública

Estado: Implementador de políticas públicas

Tema: **Licenciamento da atividade produtiva**

Governos federal e estadual, em diálogo com as organizações comunitárias e instituições de apoio devem elaborar um plano de trabalho para simplificar o processo de licenciamento ambiental de atividades extrativistas e da agricultura familiar de organizações comunitárias situadas nas áreas protegidas, levando em consideração o que os planos de manejo ou Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) já dispõem sobre a regulamentação do manejo e de atividades agrícolas nesses territórios.

Papel dos atores envolvidos

Organizações comunitárias: Público-alvo

Instituições de Apoio: Facilitador

Estados: Implementador de políticas públicas

Governo Federal: Implementador de políticas públicas

Tema:

Acesso a crédito e recursos não reembolsáveis

É preciso estabelecer estratégias continuadas de educação financeira e educação para crédito rural para que elas tenham condições de acessar linhas de crédito adequadas às suas necessidades de capital de giro, investimento e agregação de valor, dados os contextos ambiental, econômico e social em que estão inseridas. O envolvimento dos agentes financeiros também serve ao objetivo de evidenciar entraves burocráticos que estão impedindo o acesso à determinadas linhas do crédito rural e possibilitar a co-criação entre agentes financeiros, organizações comunitárias e instituições de apoio de soluções processuais para facilitar o acesso à crédito por negócios comunitários.

Papel dos atores envolvidos

Organizações comunitárias: Público-alvo

Instituições de Apoio: Facilitador

Agentes financeiros: Publicidade de informações

Entre as diferentes linhas de crédito disponíveis para extrativistas e agricultores familiares recomenda-se o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) como a fonte mais estável, com o menor custo, a maior oferta e de mais fácil acesso. Na preparação das organizações comunitárias para acessar o PRONAF deve-se estar atento para elementos como regularização da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) e oferta de garantias para o agente financeiro;

Papel dos atores envolvidos

Organizações comunitárias: Público-alvo

Instituições de Apoio: Facilitador

Agentes financeiros: Publicidade de informações

Para uma organização comunitária acessar crédito rural é preciso criar uma conta domicílio (conta corrente) em agências de bancos ou de cooperativas de crédito. Recomenda-se uma análise prévia por parte das organizações comunitárias e instituições de apoio sobre qual é a agência (física) mais estratégica em termos de criação e manutenção de um relacionamento duradouro, considerando a localização, o perfil do gerente e o nível de inadimplência de cada uma delas, pois níveis muito elevados de inadimplência podem impossibilitar uma agência de conceder mais créditos.

Papel dos atores envolvidos

Organizações comunitárias: Público-alvo

Instituições de Apoio: Facilitador

Agentes financeiros: Publicidade de informações

A fim de alavancar os processos de capitalização entre as organizações comunitárias, é essencial que instituições de apoio, agentes financeiros e empresas compradoras promovam mecanismos híbridos de financiamento, nos quais, idealmente, recursos não-reembolsáveis possam ser utilizados para facilitar/garantir a aquisição de créditos em volume maior do que o usual, aumentando o nível de recursos à disposição das organizações para investimento, custeio e comercialização. Finalmente, para organizações que ainda não possuem capacidade institucional para acessar crédito rural em agentes financeiros oficiais, os recursos não reembolsáveis podem ser usados para viabilizar a operação do negócio (recursos para investimento, custeio e comercialização), desde que seja elaborado um plano de negócios que preveja a gradual independência financeira dos negócios em relação a recursos não reembolsáveis, diminuindo o risco de paralisação do negócio em momentos de interrupção da captação desses recursos.

Papel dos atores envolvidos

Organizações comunitárias: Público-alvo

Instituições de Apoio: Facilitador

Agentes financeiros: Publicidade de informações

Empresas compradoras: desenvolvedor de cadeia

Tema: **Apoio contábil / jurídico**

É fundamental que organizações comunitárias e instituições de apoio executem projetos de assessoria técnica / jurídica às associações e cooperativas de agricultura familiar para fomento e regularização da DAP para pessoas jurídicas, a fim de incrementar o número de organizações de base comunitária aptas a participarem de chamadas públicas para compra de gêneros alimentícios da agricultura familiar, especialmente o PNAE e o PAA, bem como para que essas organizações possam acessar determinadas linhas de crédito do PRONAF que exigem “DAP Jurídica”.

Papel dos atores envolvidos

Organizações comunitárias: Público-alvo

Instituições de Apoio: Facilitador

É imprescindível que organizações comunitárias e instituições de apoio criem mecanismos para oferecer serviços de assessoria contábil às organizações de base comunitária, especializados em associativismo e cooperativismo, capazes de apoiar essas organizações em seus processos de definição de personalidade jurídica (associação ou cooperativa), contratação de pessoal e pagamento de impostos e, assim, evitar a existência de qualquer pendência junto às Secretarias da Fazenda e Receita Federal que possa inviabilizar a contração de crédito e comercialização via compras públicas.

Papel dos atores envolvidos

Organizações comunitárias: Público-alvo

Instituições de Apoio: Facilitador

No plano fiscal, é fundamental que organizações comunitárias e instituições de apoio elaborem e apresentem aos governos estaduais estudos e pareceres sobre a revisão do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) incidente nos produtos da sociobiodiversidade, principalmente para as modalidades que já sofreram algum tipo de beneficiamento – e.g., óleos e manteigas –, uma vez que estas ainda apresentam alíquotas extremamente altas e comparáveis a produtos que não são da base rural sustentável, reduzindo sua competitividade econômica.

Papel dos atores envolvidos

Organizações comunitárias: Público-alvo

Instituições de Apoio: Facilitador

Estado: Implementador de políticas públicas

Bloco Alto Rio Negro



O território e suas Áreas Protegidas



3 ÁREAS PROTEGIDAS

- TI Alto Rio Negro (7.999.000 hectares)
- TI Médio Rio Negro I (1.776.000 hectares)
- TI Médio Rio Negro II (316.000 hectares)



**Este estudo considera associações e cooperativas das áreas protegidas e do entorno dessas áreas*

Juntas, representam mais de 10 milhões de hectares, cerca de 8,5% do tamanho total das terras indígenas demarcadas na Amazônia Legal.[1]

[1] https://piib.socioambiental.org/pt/Localiza%C3%A7%C3%A3o_e_extens%C3%A3o_das_TIs

São parte de um extenso bloco de terras indígenas dispostas ao longo do

Rio Negro a maior bacia hidrográfica de águas pretas do mundo

São cerca de 23 povos indígenas diferentes localizados na bacia hidrográfica que representa uma das regiões mais importantes em todo Brasil para a preservação das tradições culturais, saberes e modos de vida indígena

- diversidade de povos
- tradições culturais
- sistemas agrícolas
- sítios arqueológicos
- paisagens naturais



Terras Indígenas

Município/População

- Japurá / 7.326
- Santa Isabel do Rio Negro / 18.146
- São Gabriel da Cachoeira / 37.368

Total = 63.368

*População por municípios do bloco
Fonte: IBGE, 2019*

A região é povoada por várias associações indígenas que formam a **Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN)**, constituída por cerca de 90 associações de base. São etnias marcantes da região povos como Tariana, Tukano, Baniwa, Baré e Yanomami[2].

O **Alto Rio Negro** sofreu menos com intervenções de grandes empreendimentos e ainda conserva boa parte de sua estrutura social e complexo natural, florestal e geográfico se comparado há cem anos. Apesar de haver uma série de tentativas de implementação de grandes empreendimentos nos últimos anos[3]. Isto reforça a importância de se pensar mecanismos para a promoção socioeconômica da população do Alto Rio Negro através de atividades produtivas sustentáveis.

É preciso fomentar um conjunto de atividades econômicas que se adequem ao complexo cultural e ambiental destes povos, delimitando o bloco como uma região com recomendações bastante específicas para a promoção socioeconômica.

[2] <https://foirn.org.br/coordenadorias-e-associacoes/>

[3] <https://amazoniareal.com.br/bacia-do-rio-negro-entra-no-mapa-de-hidreletricas-na-amazonia/>

Ecossistema das organizações

ORGANIZAÇÕES	FAIXA DE FATURAMENTO ANUAL (2017)	ORIGEM DA MATÉRIA PRIMA	ABRANGÊNCIA DE MERCADO	NÍVEL DE BENEFICIAMENTO
ABRIC Associação Baniwa do Rio Içana e Cuiari	Até 120 mil	Terra indígena	Não acessa	In natura
ACIR Associação das Comunidades Indígenas e Ribeirinhas	De 121 a 600 mil	Terra indígena	Nacional	Minimamente
FOIRN Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro	Até 120 mil	Terra indígena	Internacional	In natura
OIBI Associação Indígena da Bacia do Içana	Até 120 mil	Terra indígena	Internacional	Minimamente

Sumário das organizações com finalidade econômica mapeadas no Desafio Conexsus no bloco do Alto Rio Negro.
(Fonte: Desafio Conexsus, 2018)

A FOIRN

Fundada em 1987, a FOIRN representa 23 povos indígenas do Rio Negro, numa área que abrange os municípios de Barcelos, Santa Isabel do Rio Negro e São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas. É uma associação civil sem fins lucrativos reconhecida como de utilidade pública pela lei 1831/1987 e uma das principais organizações do movimento indígena no Brasil, sendo referência mundial sobre a defesa dos povos indígenas na América Latina. Sua estrutura descentralizada permite a representação de mais de 750 comunidades indígenas localizadas na bacia hidrográfica do Rio Negro – o que nos leva a concluir que, apesar da reduzida quantidade mapeada no Desafio Conexsus, o ecossistema de organizações comunitárias é bastante consolidado no bloco. Atualmente, a organização trabalha com quatro frentes de atuação:

Economia Indígena Sustentável

Cestaria, cerâmica, bancos tradicionais, artesanatos em geral, pimentas, beijus, farinha e todos os alimentos do Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro constituem cadeias produtivas que valorizam nossa cultura e biodiversidade.

Monitoramento Ambiental e Climático da Bacia do Rio Negro

Através da rede de agentes indígenas de manejo ambiental (Aimas) se monitora o clima e o meio ambiente na Bacia do Rio Negro. São promovidos estudos interculturais e valoriza-se o conhecimento dos antigos sobre a território onde vivemos.

Governança Territorial e Ambiental

Com os planos de gestão territorial e ambiental (PGTAs) o povo sabe o que quer para o presente e futuro em território ancestral, hoje terra indígena demarcada de acordo com a Constituição.

Fortalecimento das Associações

A FOIRN representa cerca de 90 associações de base e temos como compromisso fortalecer seus projetos em diferentes áreas, como cultura, educação, desenvolvimento econômico, saúde e meio ambiente.

O ecossistema de organizações comunitárias no Alto Rio Negro é formado por um conjunto amplo de iniciativas, com boa articulação civil e política dada a existência e o bom funcionamento da FOIRN. A presença deste ente em ações futuras de promoção socioeconômica é essencial, dada a representatividade da rede entre as populações indígenas.

Organizações

ISA - O Instituto Socioambiental na região.

O ISA aparece com maior protagonismo entre as organizações de apoio atuantes no Alto Rio Negro articulando questões estratégicas para o bem viver das populações indígenas, geração de renda, direitos fundiários, educação indígena, cultura indígena e produção de conhecimento. Em todas as quatro frentes de atuação da FOIRN, o ISA aparece como parceiro-chave para a execução das ações, além de sua presença ser também relevante para as associações de base como a OIBI.

FUNAI - A Fundação Nacional do Índio na região.

Órgão de representação do indígena no Estado Brasileiro, possui a coordenadoria regional situada no município de São Gabriel da Cachoeira – município com uma das maiores populações indígenas de todo o Brasil. Durante a investigação sobre o histórico de sua atuação no bloco, foi possível perceber a sua participação recente na formação dos PGTAs dos sete territórios indígenas que formam o Alto e Médio Rio Negro.

O Origens Brasil® na região.

A comercialização na região é fortalecida com a participação de organizações indígenas no Origens Brasil®. Com início em 2017, cerca de 14 instituições locais participam do arranjo de comercialização dos produtos da sociobiodiversidade do Rio Negro, contemplando mais de 70 áreas protegidas do território[4]. São, aproximadamente, 300 pessoas – incluindo Alto e Baixo Rio Negro – que se beneficiam diretamente do arranjo, através da venda, principalmente, de Castanha do Brasil, Pimenta Baniwa, Artesanato e o Cogumelo Yanomami. Em 2018, pouco mais de 580 mil reais foram movimentados no arranjo, representando uma fonte de renda crucial para as populações localizadas nas áreas protegidas do Rio Negro.

[4] <http://www.origensbrasil.org.br/media/relatorio-de-transparencia-e-resultado.pdf>

Outros membros do ecossistema

Para além das organizações e iniciativas citadas acima, outras instituições, públicas e privadas, nacionais e internacionais, formam parte do ecossistema de produção, comercialização e distribuição dos produtos das áreas protegidas do Alto Rio Negro.

A partir do levantamento de parcerias realizado no cadastro ao Desafio Conexsus, foi possível constatar a seguinte nuvem de parceiros locais das organizações comunitárias:

NACIONAIS

Instituições públicas

SEMA - Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Amazonas

UFAM - Universidade Federal do Amazonas

IPAAM - Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas

DEMUC - Departamento de Mudanças Climáticas e Gestão de Unidades de Conservação, SEMA-AM

FUNAI - Fundação Nacional do Índio

SPF - Secretaria de Estado de Política Fundiária do Amazonas

IDAM - Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas

UEA - Universidade Estadual do Amazonas

INPA - Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia

SEMMA - Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Novo Airão (AM)

AFEAM - Agência de Fomento do Amazonas

SEMSA - Secretaria Municipal de Saúde de Manaus (AM)

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

Terceiro setor

FVA - Fundação Vitória Amazônica

IPE - Instituto de Pesquisas Ecológicas

ISA - Instituto Socioambiental

FAS - Fundação Amazonas Sustentável

INTERNACIONAIS

Instituições públicas

USAID - Agência de Cooperação Estadunidense

UFFS - Serviço Florestal dos Estados Unidos

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento

Terceiro setor

WCS - Wildlife Conservation Society

WWF - World Wide Fund for Nature

Ações adaptadas ao complexo cultural e social indígena

O complexo cultural dos povos indígenas da região precisa ser levado em conta e ações de promoção socioeconômica no bloco do Alto Rio Negro devem ser feitos de forma participativa. Não é aconselhável o estímulo na geração de renda em detrimento das dimensões associativas e colaborativas da cultura indígena dos povos do Rio Negro. A ampla e experiente rede de instituições de apoio presentes no território pode ser também importante fonte de compartilhamento de informações e experiências em ações com finalidade socioeconômica entre os povos e comunidades como:

A marca coletiva Wariró.

A Loja Wariró é uma referência em artesanato indígena no Rio Negro, localizada em São Gabriel da Cachoeira. A iniciativa é uma articulação liderada pela FOIRN, em parceria com o ISA e associações locais, para a consolidação de um local de comercialização de artesanato e de difusão dos saberes indígenas em torno da produção de artesanato. Em outubro deste ano (2019), foi realizado o I Encontro de Arte Wariró, onde foi assinado um Termo de Cogestão da Casa Wariró[5] e apresentada uma nova identidade visual, formas de precificação dos produtos e parâmetros de qualidade.

[5] <https://amazonia.org.br/2019/10/indigenas-do-rio-negro-lancam-a-marca-coletiva-wariro/>

Conselho da Roça.

Formado por lideranças indígenas do Rio Negro, o Conselho da Roça é uma entidade formada com o intuito de proteger e fomentar o Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro, pautado na produção de variedades de mandioca em roçados consorciados com outras espécies alimentícias. O Sistema foi declarado, pelo IPHAN, como Patrimônio Cultural Brasileiro. Em agosto de 2019, o Conselho e membros do ISA, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), da FOIRN e autoridades políticas da região, encontraram-se para discutir ações efetivas para promoção e fortalecimento econômico do Sistema[6].

[6] <https://www.socioambiental.org/pt-br/blog/blog-do-rio-negro/sistema-agricola-tradicional-do-rio-negro-e-fortalecido>

Mulheres e a produção de cerâmica.

A cerâmica é um dos produtos mais tradicionais do Alto Rio Negro, tendo amplo protagonismo das mulheres indígenas em sua elaboração. A Associação de Mulheres Indígenas da Região de Taracuá, fundada em 1987, é uma das principais entidades que representam e apoiam o trabalho das mulheres ceramistas. A atividade representa importante ação de fortalecimento e empoderamento feminino na região.

Ambiente regulatório

Unidades de conservação receberam atenção especial de algumas iniciativas de consolidação como o Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA), mas este programa e outras ações não contemplaram o aporte de recursos e apoio às terras indígenas.

Dado que o Alto Rio Negro é constituído, em ampla maioria, por TIs, o bloco não foi beneficiado por ações dispostas de recursos volumosos para fortalecimento.

Também não aproveita do arcabouço estadual do Bolsa Floresta – criado pela antiga Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS) e, atualmente, executado pela Fundação Amazonas Sustentável (FAS) –, dado que este direciona a transferência de renda para comunidades e famílias situadas somente em unidades de conservação de caráter estadual.

Fundos estaduais e entraves históricos.

De maneira geral, as áreas protegidas do Amazonas apresentam um histórico significativamente constrangido em termos de contratação de recursos reembolsáveis e não-reembolsáveis de seus Fundos Públicos estaduais com foco na promoção econômica sustentável. O Fundo Estadual de Mudanças Climáticas, Conservação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável (FEMUCS) e o Fundo Estadual do Meio Ambiente (FEMA), instituídos, respectivamente, em 2007 e 2005, nunca funcionaram de acordo com sua capacidade original de operação, em partes devido à ausência de dispositivos claros de funcionamento, concessão de recursos e a gestão dos mesmos.

Reduzida presença das agências bancárias.

O relacionamento contínuo com as instituições e agentes financeiros é essencial para a concessão de crédito, tendo em vista que intensifica os laços de confiança entre o credor e a organização comunitária. No caso do Alto Rio Negro, essa relação se faz intensamente dificultada pela ausência de agências do Banco da Amazônia (BASA) nas cidades em que estão as áreas protegidas: Japurá, Santa Isabel do Rio Negro e São Gabriel da Cachoeira. No que diz respeito às agências do Banco do Brasil (BB), duas destas três cidades possuem agências da instituição. Tal número reduzido de agências aponta à urgência de um diálogo próximo com o BASA a respeito de sua presença local, bem como um diálogo próximo com os agentes financeiros do BB existentes nos municípios.

Novas institucionalidades entre fundos estaduais.

Com o Decreto nº 40.768/2019, o FEMUCS passa a ter uma regulamentação mais clara acerca de suas fontes de recursos, aplicação dos mesmos, administração, composição de agentes executores e protocolos para prestação de contas, o que reduz a assimetria de informação em relação ao instrumento legal. Da mesma forma, em outubro deste ano, o Conselho Estadual de Meio Ambiente do Amazonas (CEMAAM) aprovou as regras gerais para acesso aos recursos do FEMA, os quais totalizam mais de 5 milhões de reais, advindos da aplicação de multas ambientais e compensações ambientais. Instituídos há mais de uma década, ambos instrumentos financeiros foram subutilizados no fomento de projetos econômicos sustentáveis, que fortalecessem a geração de renda nas áreas protegidas do Amazonas.

Ausência de políticas de preço mínimo.

As políticas de preço mínimo para a agricultura e extrativismo, em especial a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM-Bio), instituída em 2009, são instrumentos importantes para garantir preços adequados para a subsistência e qualidade de vida das populações ribeirinhas, indígenas e extrativistas. No entanto, desde janeiro de 2018, a política não foi executada em nenhum dos municípios que compõem o bloco. Como importante justificativa para a inexecução da política pública no território, podemos apontar o reduzido número de DAPs jurídicas ativas na região, dada a obrigatoriedade da declaração, caso uma cooperativa ou associação deseje acessar os pagamentos feitos pela CONAB.

DAPs jurídicas inativas.

O Alto Rio Negro é marcado por uma conjuntura desfavorável no que diz respeito à posse da DAP jurídica (ver Figura 2). O documento é condicionante não somente à participação de organizações comunitárias em chamadas públicas do PNAE e/ou do PAA, mas também declaração básica para acessar a PGPM-Bio e linhas de crédito do PRONAF. Com efeito, a ausência de DAPs jurídicas ativas entre as organizações inseridas nas áreas protegidas dificulta o acesso das mesmas a políticas públicas que impactam diretamente na viabilidade econômico-financeira destes empreendimentos coletivos, apontando a uma urgente necessidade de conformação e regularização junto ao DAPWEB.

CAEs sob funcionamento.

Conselhos de Alimentação Escolar (CAE) válidos junto ao FNDE, com exceção do município de São Gabriel da Cachoeira que apresenta o seu Conselho de Alimentação Escolar em estado diligenciado. Próximo passo: intensificar a participação civil e o funcionamento dos mesmos para maior harmonia entre as chamadas públicas para alimentação escolar e a base produtiva sustentável da região e retomar as ações necessárias para validação do CAE de São Gabriel da Cachoeira.

Cadeias produtivas.

Mandioca e derivados, Artesanato e Mel são a primeira categoria de produtos produzida no Sistema Agrícola Tradicional Indígena. Tombado pelo IPHAN. Cadeias importantes com menor grau de engajamento: frutas (e.g., abacaxi, banana, laranja e manga), pimenta e pescado.

Baixo nível de agregação de valor.

(ver Figura 4) metade das associações mapeadas produzindo bens in natura e a outra, produtos minimamente beneficiados (ver Figura 5). O baixo nível de agregação de valor implica diretamente em reduzidos níveis de faturamento, o que aponta à necessidade de futuras ações de capacitação e aprimoramento técnico para o aumento nos níveis de agregação de valor perante a prospecção de mercado que viabilize economicamente essas operações produtivas.

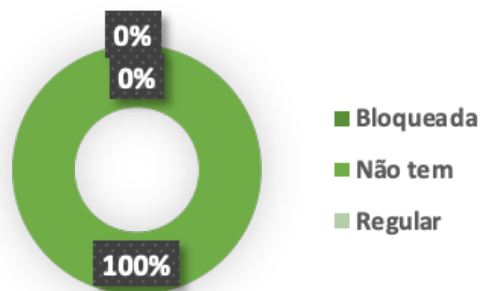


Fig. 2: Situação da DAP entre as organizações no Alto Rio Negro cadastradas
Fonte: Desafio Conexsus, 2018.



Fig. 3. Execução do FNDE no bloco

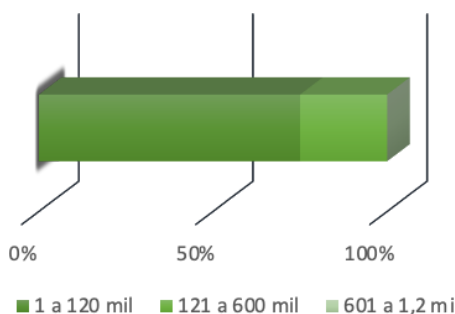


Fig. 4. Faixas de faturamento

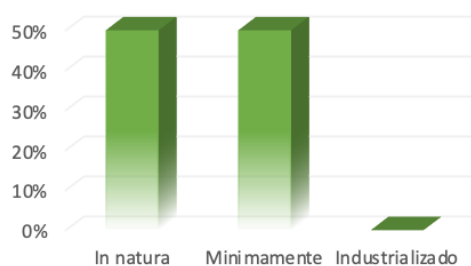


Fig. 5. Nível de beneficiamento
Fonte: Desafio Conexsus, 2018.

Abrangência de mercado nacional e internacional.

Níveis de beneficiamento reduzidos, mas organizações comunitárias do Alto Rio Negro logram atingir mercados geograficamente distantes, em especial devido à presença de arranjos de apoio à comercialização, como o Origens Brasil®.

Recursos do FNDE não são executados nos 30% para produtos da agricultura familiar. De acordo com os dados públicos disponibilizados pelo FNDE, em 2017 foram disponibilizados às prefeituras de Japurá, Santa Isabel do Rio Negro e São Gabriel da Cachoeira um total de, aproximadamente, um (1) milhão e meio de reais para compra de gêneros alimentícios para a merenda escolar. Observando a lei do PNAE, de 2009, 30% deste recurso deveria ter sido executado para a compra de alimentos categorizados como advindos da agricultura familiar, de extrativistas e/ou de populações indígenas, fato que não ocorreu no bloco: ao contrário, nenhuma quantia desse recurso foi alocada na execução dos 30% dispostos em lei (ver Figura 6). Creditamos esta condição – para além do reduzido número de DAPs jurídicas ativas, pouca articulação produtiva e comercial, e CAEs subaproveitados – à pouca harmonia entre o que é majoritariamente produzido pelas associações mapeadas e o que apresenta os maiores valores de pedidos nas chamadas públicas do PNAE deste ano nos três municípios analisados.

Potencial para aumento da produção e comercialização. Dada a articulação efetiva da FOIRN no território e a ampla variedade da base produtiva, o potencial produtivo é uma variável com ampla margem para ser explorada e amplificada. O aproveitamento de ações de comercialização já existentes, como o Origens Brasil®, é essencial para encontrar mercados consumidores aos produtos elaborados e àqueles que ainda estão por serem desenvolvidos (para abrangência atual, ver Figura 7).

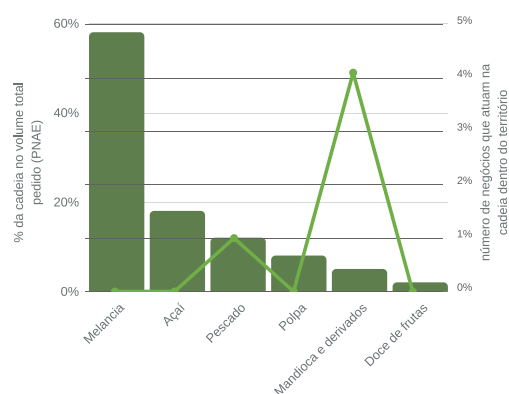
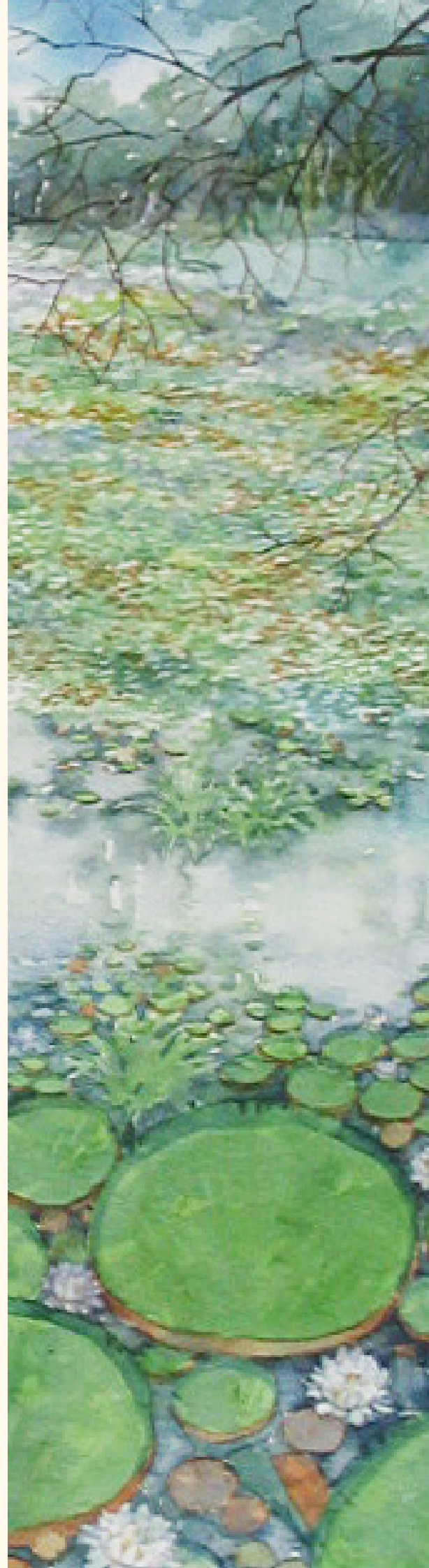


Fig. 6: Sincronia entre itens de maior volume nas chamadas do PNAE (barra) e cadeias predominantes no bloco (linha).
Fonte: SEDUC Amazonas, SEMUCs (Japurá, Santa Isabel e São Gabriel), 2019; Desafio Conexsus, 2018.



Fig. 7. Abrangência máxima de mercado
Fonte: Desafio Conexsus, 2018

Recomendações específicas para o bloco



Análise FOFA para o bloco Alto Rio Negro:

F

FORÇAS

Forte organização social; Iniciativas (como o Origens do Brasil® e a comercialização de pimenta baniwa) já consolidadas para comercialização

O

OPORTUNIDADES

Usufruir da forte organização social para fortalecer a articulação produtiva e comercial para ampliar a participação nas chamadas públicas e nas PGPM-Bio

F

FRAQUEZAS

Pouco grau de conformidade em aspectos documentais; Distância de grandes centros consumidores, pressionando para a consolidação de cadeias longas de comercialização

A

AMEAÇAS

Pouca eficácia na execução das políticas públicas de promoção socioeconômica (ex: PGPM-Bio); Limitações à capitalização, devido à ausência de fundos e atores financeiros

Fraquezas e Ameaças

Reduzida taxa de conformidade a alguns documentos como a DAP jurídica e certificados fitossanitários, que impedem a participação em políticas públicas de comercialização.

Distância de grandes centros consumidores causam cadeias longas de comercialização, abundante presença de intermediários e menor apropriação de valor por parte dos arranjos comunitários de produção.

Escassez de agências bancárias, agente financeiros e fundos estaduais/municipais na região geram severos entraves à capitalização e alavancagem das organizações comunitárias.

Forças e Oportunidades

Dada a intensa articulação social existente entre as associações, em especial através da FOIRN, a deliberação e avanço em questões estratégicas pode contar com a ampla participação civil na construção de ações e projetos que ampliem a comercialização, os modelos de negócio e a capitalização das organizações comunitárias. Em outro âmbito, iniciativas já existentes de arranjos comerciais privados, como o Origens Brasil®, podem ser tomados como referência para iniciativas futuras de promoção do comércio justo em cadeias agroalimentares longas.

Diretrizes e ações estruturantes

AÇÃO

Ações em modelagem de negócios.

DESCRIÇÃO

É crucial que organizações do terceiro setor, instituições públicas, associações e cooperativas envolvam-se em ações de modelagem de negócios. Como recomendado anteriormente, isso pode ser feito por meio de programas de modelagem que misturem processos de capacitação presencial e à distância com acompanhamento periódico de consultores, apoiados por material didático e por ferramentas tecnológicas desenvolvidas para o público em questão.

ATOR SOCIAL ENVOLVIDO

ISA, SEBRAE-AM, FVA e IPE, com foco de ação em associações e cooperativas.

DIRETRIZES

Construção de ferramentas autoaplicáveis de planejamento e modelagem de negócios. Para tanto, é essencial a sensibilização de lideranças sobre a importância da modelagem de negócios, capacitação de gestores e planejamento a partir da identificação e dimensionamento das oportunidades de comercialização na cadeia inserida.

EXEMPLOS DE AÇÕES CONCRETAS

Cogumelo Yanomami e sua proposta de valor a partir de oportunidade de comercialização e posicionamento no mercado:

https://pib.socioambiental.org/pt/San%C3%B6ma_-_Cogumelo_Yanomami

AÇÃO

Efetivação do crédito rural PRONAF, dos fundos públicos e da PGPM-Bio.

DESCRIÇÃO

É essencial que as organizações comunitárias acessem um volume maior de crédito público subvencionado, especialmente o PRONAF, dada a sua atratividade em termos de taxas de juros e períodos de carência. Ao mesmo tempo, é necessário dar continuidade às ações recentemente tomadas de regulamentação dos fundos públicos do Amazonas – FEMUCS e FEMA –, a fim de facilitar a contração de recursos de fomento disponíveis em ambos os fundos. Por fim, mas não menos importante, é necessário que haja um maior acesso à informação sobre a PGPM-Bio, bem como ações efetivas de regularização documental, a fim de dar início à execução da política no território, dada a sua inexecutabilidade até então.

ATOR SOCIAL ENVOLVIDO

BASA, BB, CONAB, SEMA-AM, IDAM, CEMAAM e SEFAZes municipais, com foco de ação em associações e cooperativas.

DIRETRIZES

Ações concretas de educação financeira junto aos cooperados e associados, dispor de diretrizes claras dentro do planejamento estratégico de cooperativas e associações para a resolução de dívidas de seus sócios; articulação com bancos para a construção de planilhas de mensuração de risco para as operações produtivas da sociobiodiversidade; força tarefa para regularização da DAP física e jurídica; estruturação de fundos de aval, bem como instrumentos de recuperação de crédito em cooperativas e associações incapacitadas de contrair crédito por condição de pagador; apresentação de plano de negócio estruturado e viável ao agente financeiro, com o qual deve haver uma relação contínua de confiança.

EXEMPLOS DE AÇÕES CONCRETAS

Liberação do primeiro crédito PRONAF custeio para organização de manejo florestal comunitário e familiar:

<http://www.agricultura.gov.br/noticias/pela-primeira-vez-pronaf-concede-credito-para-manejo-florestal-comunitario>

AÇÃO

Fomento aos instrumentos de compras públicas.

DESCRIÇÃO

É fundamental que organizações comunitárias e instituições de apoio mobilizem suas redes de associados e de apoiadores para pensar em estratégias de advocacy junto aos governos municipais para que os CAEs tenham estrutura e recursos para funcionar como espaço de discussão e deliberação entre professores, pais, nutricionistas e profissionais da rede pública. Ao mesmo tempo, articulações produtivas são essenciais para ser possível o atendimento a chamadas públicas, sem haver a necessidade de recorrer a fornecedores de gêneros alimentícios que não se enquadrem na categoria jurídica da agricultura familiar.

ATOR SOCIAL ENVOLVIDO

CAEs, IDAM, Secretarias Municipais de Produção Rural, SEPROR e CMDRs, com foco de ação em associações e cooperativas. Ao mesmo tempo, associações e cooperativas devem assumir o protagonismo nos conselhos municipais e na formação de alianças produtivas e comerciais locais.

DIRETRIZES

Articulações produtivas em rede entre organizações, a fim de ampliar número de produtos passíveis de serem atendidos nas chamadas públicas; estar em conformidade com os documentos e certidões requeridas nos editais, bem como aos padrões de regularidade fitossanitária; articulação com nutricionistas, responsáveis por licitações, gestores e pais, especialmente através de protagonismo nos CAEs, para maior conformidade entre lista de gêneros alimentícios pedidos e base de produtos produzidos na região.

EXEMPLOS DE AÇÕES CONCRETAS

Mercados verdes e a ampliação da comercialização de organizações da agricultura familiar no PNAE:

https://www.giz.de/en/downloads/Mercados_Verdes_BMZ_PT_Brasil.PDF

SIGLAS

A

ABRIC – Associação Baniwa do Rio Içana e Cuiari
ACIR – Associação das Comunidades Indígenas e Ribeirinhas
ACOMTAGS – Associação das Comunidades do Trombetas e Área da Gleba Sapucaá
ACOSAMA – Associação Comunitária para o Desenvolvimento da Comunidade de Santa Maria do Uruá
ACPLASA – Associação Comunitária dos Produtores Rurais do Médio Lago Sapucaá
AERIM – Associação dos Extrativistas Rio Iriri-Maribel
AIPHX – Associação Indígena Pyjahyry Xipayá
AGUAPÉ – Associação dos Seringueiros do Vale do Guaporé
AMABES – Associação de Moradores Agroextrativista da Comunidade de Boa Esperança
AMALCG – Associação de Moradores Agroextrativistas do Lago do Capanhã Grande
AMARI – Associação dos Moradores Agroextrativistas da Resex Ituxi
AMARJUMA – Associação dos Moradores e Amigos da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Juma
AMOMEX – Associação de Moradores da Reserva Extrativista do Médio Xingu
AMOPREAB – Associação dos Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes em Assis Brasil
AMOPREMA – Associação dos Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes em Sena Madureira
AMOPREX – Associação dos Moradores e Produtores da Resex Extrativista Chico Mendes em Xapuri
AMORA – Associação de Moradores da Reserva Extrativista do Riozinho do Anfrísio
AMORERI – Associação dos Moradores da Reserva Extrativista Rio Iriri
AP – Área Protegida
APADRIT – Associação dos Produtores Agroextrativistas da Assembleia de Deus do Rio Ituxi
APAJ – Associação dos Produtores de Açaí e Juçara
APIM – Associação dos Povos Indígenas Mapuera
APITC – Associação dos Produtores Indígenas da Terra Caititu
ARPA – Programa Áreas Protegidas da Amazônia
ARQMO – Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná
ARSX – Associação Redes de Sementes do Xingu
ASAEX – Associação dos Seringueiros Agroextrativista do Baixo Rio Ouro Preto
ASMACARU – Associação dos Moradores Agroextrativista das Comunidades do Rio Paru
ASMIPPS – Associação dos Micros e Pequenos Produtores Rurais e Extrativistas da comunidade Repartimento dos Pilões
ASPAC – Associação dos Produtores Agroextrativistas de Canutama
ASPACS – Associação dos Produtores Agroextrativistas da Colônia do Sardinha
ASROP – Associação dos Seringueiros do Rio Ouro Preto
ASSC – Associação dos Seringueiros do Seringal Cazumbá
ASSIZA – Associação Indígena Zavidjaj Djiguhur
ATAMP – Associação dos Trabalhadores Agroextrativista do Médio Purus
ATIX – Associação Terra Indígena Xingu

B

BASA – Banco da Amazônia
BB – Banco do Brasil

C

CAE – Conselho de Alimentação Escolar
CAZUMBÁ – Associação Cazumbá
CEMAAM – Conselho Estadual de Meio Ambiente do Amazonas
CGPH – Conselho Geral do Povo Hexkaryana
CMDR – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento
CONEXSUS – Instituto Conexões Sustentáveis
COOBAY – Ba-Y Cooperativa Kayapó de Produtos da Floresta de Tucumã
COOMARU – Cooperativa Mista Agroextrativista do Rio Unini
COOPAFLOA – Cooperativa Geral do Norte do Pará
COOPEMA – Cooperativa dos Produtores Agropecuários e Extrativistas dos Recursos Naturais do Município de Manicoré
COOPERAR – Cooperativa Agroextrativista do Mapiá e Médio Purus
COOPERFLORESTA – Cooperativa dos Produtores Florestais Comunitários
COOPMAS – Cooperativa Mista do Produtores Agroextrativista do Sardinha
COVEMA – Cooperativa Verde de Manicoré
CPZ05 DE CANUTAMA – Colônia de Pescadores Z-05 de Canutama

D

DAP – Declaração de Aptidão ao Pronaf

E

EDF – Environmental Defense Fund
EMATER-AC – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Acre
EMATER-PA – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Pará
EMATER-RO – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Rondônia
EMPAER-MT – Empresa Matogrossense de Pesquisa e Extensão Rural
F
FAM – Fundação Almerinda Malaquias
FAS – Fundação Amazonas Sustentável
FEMA-AM – Fundo Estadual do Meio Ambiente do Amazonas
FEMAM-MT – Fundo Estadual do Meio Ambiente do Mato Grosso
FEMA-PA – Fundo Estadual do Meio Ambiente do Pará
FEMUCS – Fundo Estadual de Mudanças Climáticas, Conservação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável
FLONA – Floresta Nacional
FLOTA – Floresta Estadual
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FOIRN – Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro
FUNAI – Fundação Nacional do Índio
FUNDEFLOA – Fundo Estadual de Desenvolvimento Florestal
FVA – Fundação Vitória Amazônica
FVPP – Fundação Viver, Produzir e Preservar

I

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICFC – International Conservation Fund of Canadá
ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDAM – Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Amazonas
IDEFLOR – Instituto de Desenvolvimento Florestal da Biodiversidade do Estado do Pará
IDESAM – Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia
IMAFLOA – Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola
IMAZON – Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia
IPE – Instituto de Pesquisas Ecológicas
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ISA – Instituto Socioambiental
ISPAN – Instituto Sociedade, População e Natureza

L

LIRA – Legado Integrado da Região Amazônica

N

NCS – Negócio Comunitário Sustentável
NESA – Norte Energia S.A.

O

OIBI – Associação Indígena da Bacia do Içana
ORMM – Observatório da Região Metropolitana de Manaus

P

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PAREST – Parque Estadual
PARNA – Parque Nacional
PBA-CI – Plano Básico Ambiental Componente Indígena
PDRSX – Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu
PGPM-Bio – Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade
PGTA – Plano de Gestão Territorial e Ambiental
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONAF – Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar

R

RDS – Reserva de Desenvolvimento Sustentável
RESEX – Reserva Extrativista

S

SEAF-MT – Secretaria de Estado da Agricultura Familiar e Assuntos Fundiários
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEFAZ – Secretaria Estadual da Fazenda
SEMA – Secretaria Estadual do Meio Ambiente
SEPROR – Secretaria de Produção Rural do Amazonas
SFB – Serviço Florestal Brasileiro

T

TI – Terra Indígena

U

UC – Unidade de Conservação
UFOPA – Universidade Federal do Oeste do Pará
UFPA – Universidade Federal do Pará



Acompanhe as ações do LIRA nas redes sociais do IPÊ



Twitter

[@InstitutoIPE](https://twitter.com/InstitutoIPE)



Facebook

[@ipe.instituto.pesquisas.ecologicas](https://www.facebook.com/ipe.instituto.pesquisas.ecologicas)



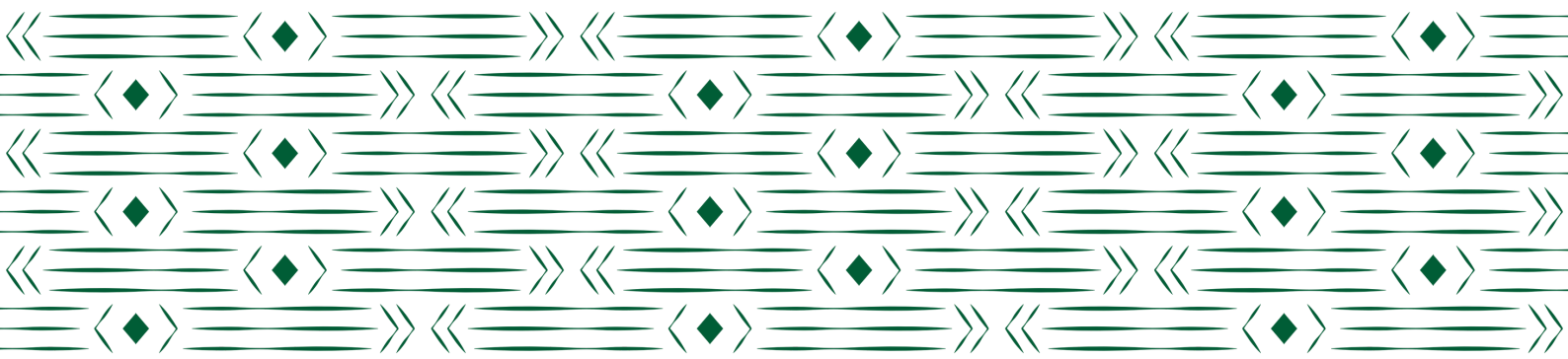
Instagram

[@institutoipe](https://www.instagram.com/institutoipe)

Fale com a gente

Email

lira.edital@ipe.org.br





Realização:



Apoio:

